



**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES DA 7ª  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA CODEVASF**

*[Faint, illegible text or stamp]*

**TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2014**

**PROCESSO Nº 59570.000780/2014-80**

**PÚBLICA CONSULTORIA, CONTABILIDADE E PROJETOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 10.580.696/0001-26, com sede na Rua das Tulipas, 234, Bairro Jóquei, na cidade de Teresina – PI, através de sua representante legal, autorizada a funcionar em todas as etapas desta Tomada de Preços, vem, tempestivamente, com fulcro na alínea “b”, do inciso I, do art. 109 da Lei 8666/93, à presença de Vossa Senhoria, a fim de interpôr

**RECURSO ADMINISTRATIVO**

contra a decisão dessa digna Comissão de Licitação, que Inabilitou a Recorrente, o que faz declinando os motivos de seu inconformismo no articulado a seguir.

Roga-se, desde já, seja o presente recurso dirigido à autoridade imediatamente superior, caso Vossa Senhoria não se convença, dos argumentos a baixo formulados e, *spont própria*, não proceda com a reforma da decisão ora acatada, decidindo, por consequência, pela classificação da signatária.

RECEBIDO PELA 7ª GRAIUSA  
DATA 15/10/14  
HORARIO: 09h52min.

## **I – TEMPESTIVIDADE**

A decisão objeto do presente recurso foi tomada na sessão realizada em 08/10/2014 (quarta-feira). O prazo de cinco dias úteis previsto no art. 109, I, da Lei nº 8666/93 iniciou-se em 09/10/2014 e findará em 15/10/2014. Tempestivo, portanto, o presente recurso.

## **II- DOS FATOS**

A Tomada de Preços em tela, do tipo Menor Preço, sob o regime de Empreitada por Preço Global, tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS EXECUTIVOS PARA PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS, CONTRUÇÃO DE ATRACADOURO PARA EMBARCAÇÕES COM RAMPA DE CONCRETO E CONSTRUÇÃO DE BALNEÁRIO, INCLUINDO REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL E FUNDIÁRIA, EM MUNICÍPIOS SOB A JURISDIÇÃO DA 7ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA CODEVASF, NO ESTADO DO PIAUÍ, conforme especificado no respectivo edital.

Após o exame da documentação de habilitação das licitantes, decidiu a ilustre Comissão de Licitação pela Inabilitação da RECORRENTE, sob a justificativa de não ter apresentado os Atestados exigidos no subitem 6.2.2, “i”, II, do edital, habitando somente a empresa Planacon.

No entanto, mediante a detida análise de seus documentos apresentados na licitação pela RECORRENTE, verifica-se que referida licitante comprovou suficientemente que detém capacidade técnico profissional para a execução dos serviços listados, tendo atendido as exigências do edital, em razão do que entende, *concessa venia*, merecer reforma a decisão que a inabilitou no certame.

## **III – DAS RAZÕES DE REFORMA DA DECISÃO**

Primeiramente, cumpre ressaltar que a recorrente entregou documentação suficiente para atender aos fins buscados pelo edital. De fato, na documentação da recorrente constam as Certidões de Acervo Técnico de todos os responsáveis técnicos, com descrição dos projetos executados, os quais demonstram cabalmente a experiência e capacidade da mesma.

É importante informar, que no momento da análise da documentação, a representante da recorrente explicou à Comissão de Licitação que para expedição

das Certidões de Acervo Técnico, as ART's necessitam ser baixadas no CREA, e para tanto, faz-se necessário a entrega dos atestados de capacidade técnica, que ficam de posse do Conselho, razão pela qual os mesmo não foram juntados, já que as informações constantes das CAT's dos profissionais, que foram devidamente juntadas à documentação de habilitação suprem a falta de tais atestados.

No mesmo ato a justificativa foi acolhida e confirmada pelo engenheiro da comissão, que afirmou ter conhecimento que de fato os atestados ficavam de posse do Crea, justificando entretanto, que de qualquer forma teria que inabilitar a empresa recorrente simplesmente em razão do edital.

Desta forma, percebe-se que a finalidade buscada pelo edital, qual seja, a comprovação de experiência/capacidade da licitante no ramo de atuação do objeto da licitação foi prontamente atendida pela documentação apresentada, de maneira que a desclassificação da recorrente restou baseada somente em um apego exacerbado ao formalismo, o que se repudia, exatamente em vista do Princípio da Primazia do Interesse Público, já utilizado por essa nobre Comissão em ocasiões anteriores.

Não bastasse isso, a decisão que inabilitou a recorrente fere frontalmente a Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que reza:

*DO ACERVO TÉCNICO PROFISSIONAL*

*Art. 47. O acervo técnico é o conjunto das atividades desenvolvidas ao longo da vida do profissional compatíveis com suas atribuições e registradas no Crea por meio de anotações de responsabilidade técnica.*

*Parágrafo único. Constituirão o acervo técnico do profissional as atividades finalizadas cujas ARTs correspondentes atendam às seguintes condições:*

*II – não tenham sido baixadas, mas **tenha sido apresentado atestado que comprove a execução de parte das atividades nela consignadas.***

Dessa forma, percebe-se que para o Conselho Federal de Engenharia e Agronomia, emita Certidões de Acervo devem OBRIGATORIAMENTE ser apresentados os atestados de capacidade técnica. Ou seja, a existência de um necessariamente prescinde do outro.

Em que pese a licitação constituir um procedimento administrativo formal, não se deve olvidar que ela tem como escopo proporcionar à administração pública, uma prestação de serviços de forma mais vantajosa, respeitando os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Cumprir destacar que o princípio do formalismo, decorre do disposto no art. 4º da Lei nº 8666/93, embora deva ser respeitado, não deve, de forma alguma, sobrepujar-se à Primazia do Interesse Público. Sua finalidade é garantir o respeito à legalidade e lisura do procedimento licitatório, e não criar entraves burocráticos, capazes de prejudicar a atividade da Administração Pública enquanto prestadora de serviços essenciais à sociedade.

Há ainda que frisar, que o ato de inabilitação da recorrente por mero formalismo fere ainda o princípio da livre concorrência e da competitividade entre os licitantes, já que das três empresas interessadas apenas uma fora considerada habilitada, quando na verdade a recorrente tinha plena condição de também concorrer ao certame, pois apresentou todas as Certidões de Acervo Técnico de seus profissionais, documentos esses que comprovam cabalmente sua capacidade para execução dos serviços.

As exigências de qualificação técnica, nos moldes do art. 37, XXI, da Constituição Federal, devem ser aquelas indispensáveis a assegurar o cumprimento do contrato, sob pena de restringir o caráter competitivo do certame. Tais exigências previstas nos editais guardam estreita relação com o que prescreve o art. 30, II, da Lei nº 8666/93 segundo o qual é exigível *“a comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e indispensáveis para realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.”*

Assim, a motivação deste julgamento não justifica a inabilitação da empresa **Pública Consultoria, Contabilidade e Projetos Ltda**, pois esta



comprovou ter a experiência exigida e capacidade técnica para executar os serviços objeto desta licitação.

Não são raros os casos em que, por um julgamento objetivo, porém, com apego literal ao texto da lei ou do ato convocatório, se excluem licitantes ou se descartam propostas que, potencialmente representariam o melhor contrato para a Administração.

Para se evitar situações como essas, no curso dos procedimentos licitatórios deve-se interpretar a lei e o Edital como veiculando exigências instrumentais, ou seja, o certame não se presta a verificar a habilidade dos envolvidos em conduzir-se do modo mais conforme ao texto da lei, mas sim, a bem da verdade, a examinar se o licitante cumpre os requisitos de idoneidade e se sua proposta é satisfatória e vantajosa para a Administração.

Não se pode admitir que sejam feitas exigências inúteis ou desnecessárias à licitação, contrárias a legislação do Confea (Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, art. 47), que se anule procedimento ou fase de julgamento, inabilite licitantes ou desclassifique propostas, quando diante de simples omissões ou irregularidades na documentação ou proposta que, por sua irrelevância, não causem prejuízo à Administração ou aos licitantes.

Dessa forma, o que deve realmente importar é se o ato, teve o condão de atender ao que se pretendia quando fixada a exigência.

Nesse sentido ensina com propriedade Marçal Justen Filho:

*A Administração está constrangida a adotar a alternativa que melhor prestigie a racionalidade do procedimento e de seus fins. Não seria legal emcampar decisão que impusesse exigências dissociadas da realidade dos fatos ou condições de execução impossível. O princípio da PROPORCIONALIDADE restringe o exercício das competências públicas, proibindo excessos. A medida limite é a salvaguarda dos interesses públicos e privados em jogo. Incumbe ao Estado adotar a medida menos danosa possível, através da compatibilização entre os interesses sacrificados e aqueles que se pretende proteger. (Comentários... 11 ed. São Paulo: Dial*

A jurisprudência também corrobora esse entendimento:

*APELAÇÃO CÍVEL. LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. INABILITAÇÃO LICITANTE. ILEGALIDADE CONFIGURADA. PROVA DO DIREITO LÍQUIDO E CERTO. EDITAL. CAPACIDADE TÉCNICA SUPERIOR OU IGUAL A DO OBJETO LICITADO. COMPROVADA. RIGORISMOS MERAMENTE FORMAIS. AFASTAMENTO. Tendo sido preenchidos os requisitos para habilitação, uma vez que apresentado atestado com qualificação superior à exigida, deve a impetrante ser considerada habilitada no certame licitatório, até porque, como visto, deve a Administração Pública prezar pelo interesse público acima do privado, razão porque deve garantir ao máximo a competitividade no certame, afastando rigorismos meramente formais. PRELIMINAR REJEITADA, APELAÇÃO DESPROVIDA. (8ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região: AC nº 2009.51.01.024237-6, rel. Desembargador Federal RALDÊNIO BONIFÁCIO COSTA; DJ 10/11/2010).*

*ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. INABILITAÇÃO DE LICITANTE. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA. ATENDIMENTO DAS EXIGÊNCIAS DO EDITAL. Em mandado de segurança, verificando que a documentação apresentada atendeu as exigências e ao objetivo do instrumento convocatório, afasta-se o ato administrativo que inabilitou a impetrante no procedimento licitatório. **A interpretação dos termos do edital de licitação não pode determinar a prática de atos que contrariem a finalidade do procedimento, restrinjam o número de concorrentes e prejudiquem a escolha da melhor proposta.** Recurso não provido. (4ª Câmara Cível do TJ-MG; Apelação Cível (AC) nº5874442-89.2009.8.13.0024; rel. Desembargador ALMEIDA MELO; DJMG 24/11/2010).*

Assim, é preciso que se visualize o procedimento licitatório não como um fim em si mesmo, mas como um instrumento para se concretizar o direito material, prestigiando-se o interesse público. É a idéia da instrumentalidade do procedimento, que também deve ser aplicada.

Por outro lado, ressalte-se que, ainda que entendesse de forma diversa, o correto seria ter fornecido prazo para que a licitante tivesse a chance de complementar a documentação, sendo atendidos dessa forma não só o direito da recorrente, mas também a finalidade e o interesse da Administração Pública.

Assim reza o art. 43, §3º, da Lei nº 8666/93, in verbis:

*§3º É facultada à Comissão ou a autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documentos ou informação que deveria constar originariamente da proposta.*

Vale lembrar que, a decisão de complementação da documentação por parte de Vossa Senhoria não caracteriza juntada de documentos novos, pois todas as informações já restaram comprovadas por meio das Certidões de Acervo Técnico juntadas.

Essa norma, apesar de ter prescrito ser “facultada” à Administração a promoção de diligências para sanar dúvidas atinentes à documentação, deve ser interpretada no sentido de atribuição de um dever jurídico de assim proceder quando se verificar a hipótese contemplada na Lei.

Para MARÇAL JUSTEN FILHO. “ Em primeiro lugar, deve destacar-se que não existe uma competência discricionária para escolher entre realizar ou não a diligência. Se os documentos apresentados pelo particular ou as informações nele contidas envolvem pontos obscuros – apurados de ofício pela Comissão ou por provocação dos interessados – a realização de diligência será obrigatória. Ou seja, não é possível decidir a questão (seja para desclassificar o licitante, seja para reputar superada a questão) mediante uma escolha de mera vontade” (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 12ª Ed. São Paulo; Dialética, 2008, p. 556)

No caso concreto, repita-se, a licitante apresentou documentação suficiente para demonstração de sua capacidade técnica. Assim, não é cabível que nas hipóteses em que haja desconformidade meramente formal da documentação apresentada pela licitante, a Administração deixe de produzir diligências com o objetivo de saná-las, pois como já foi dito anteriormente, de acordo com o Confea, a capacidade técnica pode ser provada por meio das ART's

baixadas OU dos atestados de capacidade técnica, não sendo necessário ambos os documentos para sua comprovação.

Nesse sentido, segundo MARIA SÍLVIA ZANELLA DI PIETRO, *“Eventualmente, poderá ser invocado o princípio da razoabilidade para revelar pequenas irregularidades, que em nada impedem a Comissão de Licitação de avaliar o preenchimento dos requisitos para habilitação ou classificação” (Temas Polêmicos sobre Licitações e Contratos. 4ª ed. São Paulo: Malheiros, 2000, p.45).*

Importante destacar o posicionamento do Tribunal de Contas da União, que em determinada situação já chegou a argumentar para o órgão auditado que *“atente para o disposto no art. 43, §3º, abstendo-se, em consequência, de inabilitar ou desclassificar empresas em virtude de detalhes irrelevantes ou que possam ser supridos pela diligência autorizada por lei” (Acórdão nº 2.521/2003, Rel. Min. Augusto Sheman Cavalcanti, DOU 29.10.2003).*

À luz da norma presente no art. 43, §3º, da Lei 8666/93, caberá à Administração solicitar maiores informações a respeito do documento apresentado, quando este, por si só, não for suficiente para comprovar o atendimento das condições fixadas no edital.

Inclusive, nada obsta que, nesta etapa de diligência, sejam juntados outros documentos que esclareçam ou contemplem as informações constantes daqueles apresentados originariamente pelo licitante, pois a existência dos CAT's comprova a pré-existência dos atestados de capacidade técnica.

Entender de forma diversa, no sentido de que a mera inclusão de documentos novos já caracteriza a hipótese vedada no §3º, do art.43, da Lei 8666/93, pode ensejar o esvaziamento dessa regra.

Assim, tendo em vista o exposto e também a vasta documentação apresentada na sessão, bem como os atestados de capacidade técnica agora anexados, caso a Comissão de Licitação ou a Autoridade Superior entendam que não houve atendimento aos termos do edital, requer, seja determinado a realização de diligência, concedendo prazo para que a licitante junte os documentos a fim de suprir tal “falha” formal. É a medida que se impõe.

#### IV – DO PEDIDO

Em face do exposto, requer a essa respeitável Comissão de Licitação que se digne em REVER e REFORMAR a decisão que desclassificou a recorrente por





De confiança.

não apresentação dos Atestados de Capacidade Técnica, em razão de ter a recorrente cumprido todas as exigências legais e editalícias, nos termos do art. 47, da Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea. E caso assim não entendam, que determine a realização de diligências, concedendo-se prazo para que sejam sanadas as “falhas” formais. Nessa oportunidade encaminhamos alguns dos atestados que originaram as referidas Certidões a fim de comprovar a capacidade técnico –operacional da recorrente.

Não sendo acolhido o pedido acima formulado, reque se digne Vossa Senhoria em remeter o presente recurso à autoridade que lhe for imediatamente superior, a fim de que a mesma o aprecie, conhecendo-o e provendo-o, a fim de determinar a classificação da licitante recorrente, ou, se assim entender, determinar a realização de diligências, concedendo-se prazo para que sejam sanadas as “ falhas” formais.

Requer a notificação das demais licitantes, para apresentação de eventuais impugnações.

Nestes termos, pede deferimento.

Teresina-PI, 14 de outubro de 2014.

**Cândice Moreira Bezerra**

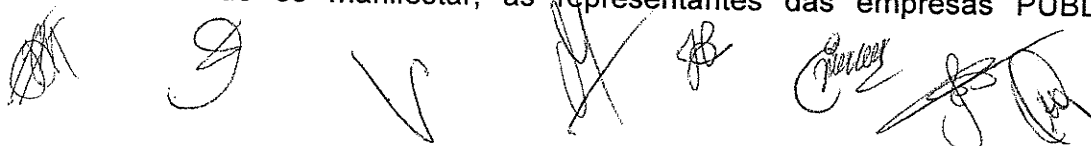
Procuradora

**PUBLICA CONSULTORIA CONTABILIDADE E PROJETOS**

**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL**  
**COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA - CODEVASF**Rua Taumaturgo de Azevedo nº 2315 – Bloco 2 – Centro – CEP: 64001-340 – Teresina-PI  
FONE/FAX: (086) 3215-0147**ATA Nº 01 – TP Nº 01/14-7ªSL**

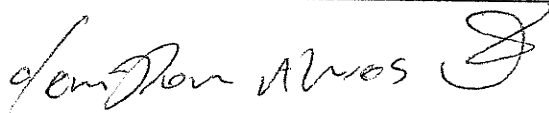
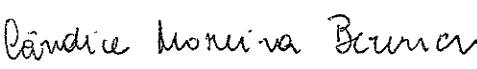
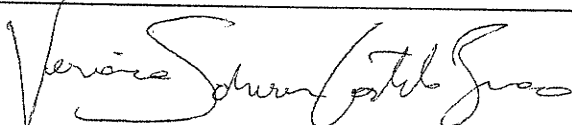
Ata de reunião para recebimento e abertura da documentação de que trata a **Tomada de Preços nº 01/14-7ªSR**, que tem por objeto a contratação de empresa para elaboração de projetos executivos para pavimentação de vias públicas, construção atracadouro para embarcações com rampa de concreto e construção de balneário, incluindo regularização ambiental e fundiária, em municípios sob a jurisdição da 7ª Superintendência Regional da Codevasf, no Estado do Piauí.


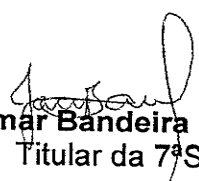
Às nove horas do dia oito de outubro do ano de dois mil e quatorze, na sala de reuniões do edifício sede da 7ª Superintendência Regional da CODEVASF, rua Taumaturgo de Azevedo, 2315, Bloco 2, Centro/Sul, Teresina, Estado do Piauí, na presença dos analistas Marcos Fernando Rodrigues Fernandes, Jardel Fernandes Nascimento, e Joan Ferraz Castelo Branco, respectivamente Presidente e membros da Comissão Técnica de Julgamento, da Srta. Jacymar Bandeira da Silva, titular da Secretaria Regional de Licitações, com assessoramento jurídico do Dr. Emerson Ferreira Lima Verde, realizou-se a sessão para recebimento da documentação e das propostas financeiras de que trata a Tomada de Preços nº 01/14-7ªSR, cujo objeto foi acima descrito. O Edital foi divulgado na forma da Lei nº 8.666/93, conforme comprovantes anexos ao Processo nº 59570.000780/2014-80. Inicialmente, o Presidente solicitou a identificação dos representantes das licitantes presentes, sendo representada a empresa PLANACON – PLANEJAMENTO E ASSESSORIA DE PROJETOS TÉCNICOS LTDA, CNPJ nº 06.164.260/0001-89, pelo Sr. Clemilton Alves Pequeno; PUBLICA CONSULTORIA, CONTABILIDADE E PROJETOS LTDA – ME, CNPJ nº 10.580.696/0001-26; pela Sra. Cândice Moreira Bezerra; e AB PROJETOS E CONSULTORIA – ENGENHARIA, ARQUITETURA E MEIO AMBIENTE LTDA – EPP, CNPJ nº 13.466.507/0001-87, pela Sra. Verônica Scheren Castelo Branco. Dirigindo os trabalhos da mesa, o Presidente solicitou que fossem rubricados os envelopes das propostas financeiras e em seguida realizou abertura dos envelopes de habilitação. Em seguida, procedeu a consulta junto ao SICAF, portal da transparência e CNJ e solicitou à Comissão que procedesse à abertura e análise da documentação de habilitação, após o quê, o Presidente informa que a Comissão declara habilitadas a empresa PLANACON – PLANEJAMENTO E ASSESSORIA DE PROJETOS TÉCNICOS LTDA e inabilitada as empresas AB PROJETOS E CONSULTORIA – ENGENHARIA, ARQUITETURA E MEIO AMBIENTE LTDA – EPP, por apresentar cópias não autenticadas não observando a exigência do subitem 5.2.2 do Edital, e por não apresentar justificativa exigida no subitem 6.2.2, “f”, “i”; PUBLICA CONSULTORIA, CONTABILIDADE E PROJETOS LTDA – ME, por não apresentar os Atestados exigidos no subitem 6.2.2, “i”, II, e por não apresentar justificativa exigida no subitem 6.2.2, “f”, “i”. Questionado sobre o interesse de se manifestar, as representantes das empresas PUBLICA



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL**  
**COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA - CODEVASF**Rua Taumaturgo de Azevedo nº 2315 – Bloco 2 – Centro – CEP: 64001-340 – Teresina-PI  
FONE/FAX: (086) 3215-0147

CONSULTORIA, CONTABILIDADE E PROJETOS LTDA – ME e AB PROJETOS E CONSULTORIA – ENGENHARIA, ARQUITETURA E MEIO AMBIENTE LTDA – EPP solicitou que registrasse em ata que apresentam verbalmente a justificativa exigida no subitem 6.2.2, “f”, “i”, informando que o balanço patrimonial apresentado refere-se ao ano de 2013, e que na relação de contratos firmados constam contratos firmados em 2014 o que justifica a diferença constatada. A empresa AB PROJETOS solicita ainda que fique registrado que estava com os documentos originais em mãos. Em seguida, indagados pelo Presidente da comissão, os representantes das empresas não concordaram com o resultado do julgamento da documentação de habilitação e não renunciaram ao direito aos recursos desta fase. Assim, estando todos presentes, ficam desde já intimados para interposição de recursos com prazo até o dia 15 de outubro do corrente ano. Assim, deu-se por encerrada a sessão, mandando lavrar a presente Ata que, depois de lida e achada conforme, vai assinada pelos presentes. Teresina – PI, 08 de outubro de 2014.

EMPRESAS	ASSINATURA DO REPRESENTANTE
PLANACON – PLANEJAMENTO E ASSESSORIA DE PROJETOS TÉCNICOS LTDA	
PUBLICA CONSULTORIA, CONTABILIDADE E PROJETOS LTDA – ME	
AB PROJETOS E CONSULTORIA – ENGENHARIA, ARQUITETURA E MEIO AMBIENTE LTDA – EPP	

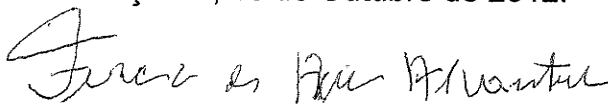
  
**Jardel Fernandes Nascimento**  
Membro da Comissão  
**Joan Ferraz Castelo Branco**  
Membro da Comissão  
**Marcos Fernando Rodrigues Fernandes**  
Presidente da Comissão  
**Emerson Ferreira Lima Verde**  
Assessor Jurídico  
**Jacymar Bandeira da Silva**  
Titular da 7ª SL

## ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, a pedido da interessada e para fins de prova, aptidão de desempenho e atestado de execução, que a empresa **PÚBLICA CONSULTORIA, CONTABILIDADE DE PROJETOS LTDA, prestadora de serviços**, inscrita no CNPJ sob o nº 10.580.696./0001-26, estabelecida na Rua Das Tulipas, nº 234, bairro Jóquei, na cidade de Teresina Estado de Piauí, prestou serviços à **PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA PRAIA, CNPJ nº 06.554.737/0001-32, de Elaboração de Projetos Básicos geométricos, planilha orçamentária e especificações técnicas para um PORTAL de entrada da cidade e PAVIMENTAÇÃO das ruas: Rua José Nunes (100,00 x 7,00); rua Antônio Martins (140 x 7,00); rua Augusto Sampaio de Oliveira (170 x 7,00); Valor Orçado: 195.000,00 (cento e noventa e cinco mil reais). Valor do Projeto: R\$ 6.031,00 (seis mil e trinta e um reais).**

Registramos, ainda, que as prestações dos serviços acima referidos apresentaram bom desempenho operacional, tendo a empresa cumprido fielmente com suas obrigações, nada constando que a desabone técnica e comercialmente, até a presente data.

Valença -PI, 10 de Outubro de 2012.



Francisco de Assis Alcântara  
RG: 1.302.347 SSP-PI  
CPF: 074.902.914-53



## PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCINÓPOLIS - PIAUÍ

Praça Newton Campelo, 193 - Centro - Fone (089) 3472-1120

CNPJ: 06.554.919/0001-03 Francinópolis - Piauí - CEP: 64520-000

e-mail: francinopolis@hotmail.com; francinopolis@bol.com.br

### ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A empresa PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCINÓPOLES, inscrita no CNPJ sob nº 06.554.919/0001-03, situada na Praça Newton Campelo nº 193 Bairro: Centro, CEP: 64.520-000, FRANCINOPOLIS - PI, atesta para os devidos fins que a empresa **PÚBLICA CONSULTORIA, CONTABILIDADE E PROJETOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 10.580.696/0001-26, situada na Rua da Tulipas nº 234 Bairro: Jóquei, forneceu os materiais ou prestou os serviços abaixo especificados em plenas condições, no prazo de entrega estabelecido.

**DESCRIÇÃO:** Elaboração de Projetos, especificações técnicas e orçamento para implantação de pavimentação em Paralelepípedo e Calçadas com acessibilidade (rampas e sinalização tátil), No Município de Francinópolis / PIAUI. Trecho: Rua 01 (112,618 x 5,00)m; Rua Avelino Lopes (54,445 x 7,00)m; Rua Projetada I – bairro Chapada do Brejo (325,320 x 7,00)m. Valor Orçado: R\$ 255.000,00 (duzentos e cinquenta e cinco mil reais).

Atestamos que tais fornecimentos ou prestações de serviços foram executado(a)s satisfatoriamente, não existindo em nossos registros, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

Francinópolis, 25 de Julho de 2012

Ozael Ferreira dos Santos

RG: 87.667 SSP-PI

CPF: 317.164.747-87



# PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCOLÂNDIA

C.N.P.J. 41.522.269/0001 – 15

Av. Corinto Matos, 260 – Centro – Fone/Fax: (89) 3439.1132 / 3439.1174

CEP. 64.685-000 – Marcolândia – Piauí

Adm. 2013 – 2016

## ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A empresa **PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCOLÂNDIA**, inscrita no CNPJ sob nº 42.522.269/0001-15, situada na Av. Corinto Matos nº 260 Bairro: Centro, CEP: 64.685-000, **MARCOLÂNDIA - PI**, atesta para os devidos fins que a empresa **PÚBLICA CONSULTORIA, CONTABILIDADE E PROJETOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 10.580.696/0001-26, situada na Rua da Tulipas nº 234 Bairro: Jóquei, forneceu os materiais ou prestou os serviços abaixo especificados em plenas condições, no prazo de entrega estabelecido.

**DESCRIÇÃO:** Elaboração de Projetos, especificações técnicas e orçamento para implantação de pavimentação em Paralelepípedo e Drenagem, No Município de Marcolândia / PIAUI. Trecho: Avenida Corinto Matos – Trechos I (108,408 x 7,00)m; Avenida Corinto Matos – Trecho II (97,059)m; Implantação de 151,56 M de Tubulação para drenagem de um trecho da avenida Corinto Matos. Valor Orçado: 201.000,00 (duzentos e um mil reais) Valor do Projeto: 6.000,00 (seis mil reais).

Atestamos que tais fornecimentos ou prestações de serviços foram executado(a)s satisfatoriamente, não existindo em nossos registros, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

MARCOLÂNDIA, 04 DE SETEMBRO DE 2012

*Francisco Manoel Coelho*

FRANCISCO MANOEL COELHO

RG: 2.857.581 SSP-PI

CPF: 151.184.953-34

### SERVIÇO NOTARIAL E DE REGISTRO - JOÃO CRISÓSTOMO

1º OFÍCIO - 2ª CIRCUNSCRIÇÃO

Belª Maria Elizabeth Paiva e Silva Müller - Tabeliã

Rua Lizandro Nogueira, nº 1155, CEP: 64000-200 - Fone: (86) 3221-7513 - Fax: (86) 3221-9034 - Teresina - Piauí - E-mail: tabijc@uol.com.br

CERTIFICO QUE A PRESENTE FUNDAMINTE CONFERE COM A VERDADE EXATIDÃO  
Nestas Notas, dou fe  
em Testemunho *da* DA VERDADE. TERESINA-PI, 07/11/2013.

